

EDITORA



UnB

INTERFACES EM PSICANÁLISE

Subjetivações e Cultura

Daniela Scheinkman
Márcia Cristina Maesso
Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato
Ana Giulia de Araújo Conte
Aline Vidal Varela
Muriel Romeiro da Costa e Silva
Alessandra Carvalho Vieira da Silva
Jéssica Nayara Cruz Pedrosa
Igo Gabriel dos Santos Ribeiro
Fabrício Gonçalves Ferreira

(organizadores)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira
Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

INTERFACES EM PSICANÁLISE

Subjetivações e Cultura

Daniela Scheinkman

Márcia Cristina Maesso

Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato

Ana Giulia de Araújo Conte

Aline Vidal Varela

Muriel Romeiro da Costa e Silva

Alessandra Carvalho Vieira da Silva

Jéssica Nayara Cruz Pedrosa

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro

Fabício Gonçalves Ferreira

(organizadores)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral : Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial : Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão : Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design : Cláudia Barbosa Dias
Revisão : Lara Andressa da Silva Carvalho
Diagramação : Lislayne de Oliveira Gonçalves

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

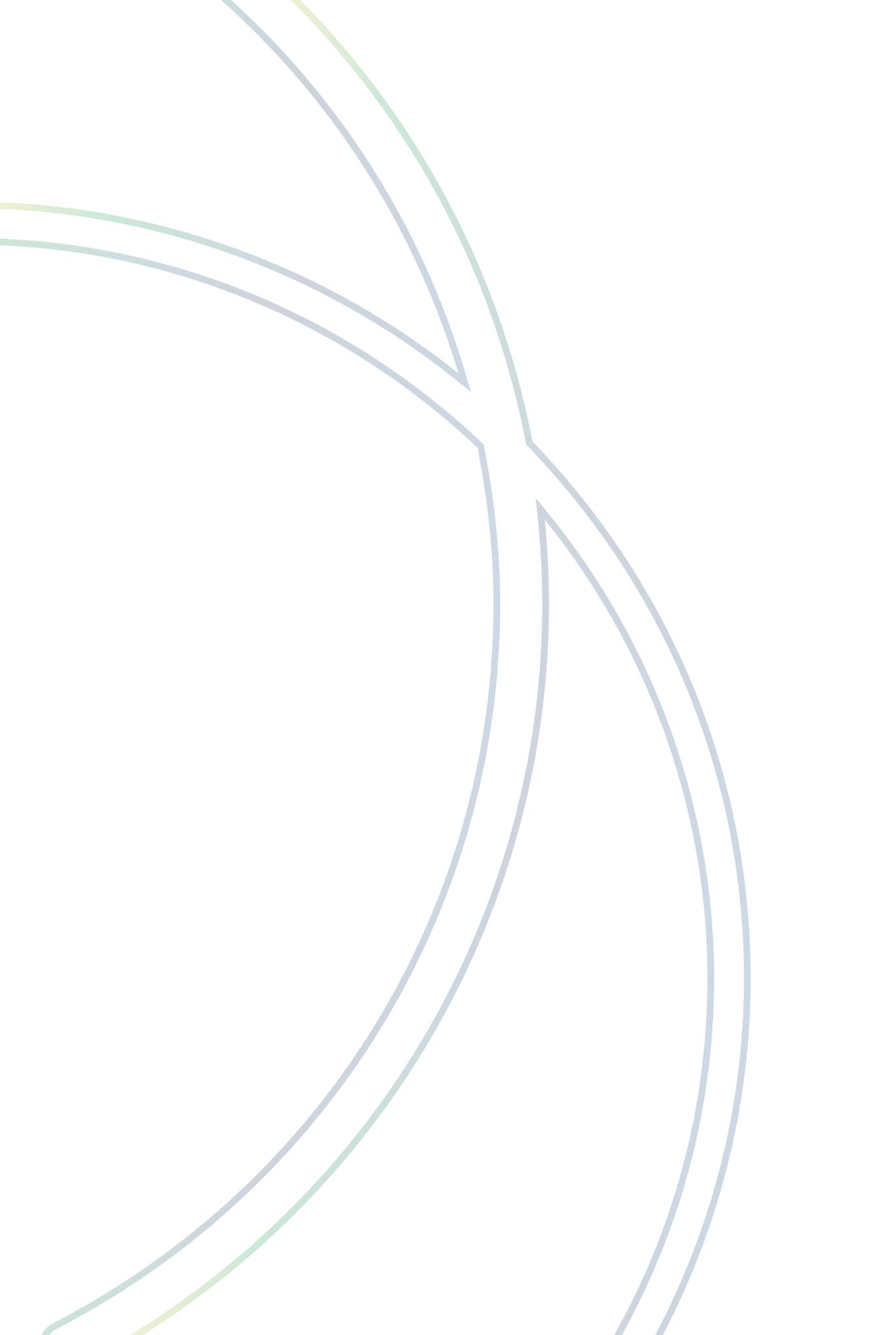
I61 Interfaces em psicanálise [recurso eletrônico] :
subjetivações e cultura / (organizadores)
Daniela Scheinkman ... [et al.]. – Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 2024.
218 p. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-067-1.

1. Psicanálise. 2. Cultura. I. Scheinkman,
Daniela (org.). II. Série.

CDU 159.964.2

Agradecemos à FAP-DF e ao CNPq pela parceria e incentivo à cultura e aos projetos acadêmicos.



Sumário

Apresentação 11

Prefácio 13

Miriam Debieux Rosa

Parte I

Psicanálise e parentalidade

Psicanálise e maternidade 21

Aline Vidal Varela, Ana Isabel Pereira, Cintia da Silva Lobato Borges, Daniela Scheinkman e Ingrid Mello Pereira Soti

Parentalidade contemporânea 33

Vanessa Correa Bacelo Scheunemann

Parte II

Psicanálise e relações raciais

Cabelo crespo e pele escura 47

Melissa Souza Silva, Lara Gabriella Alves dos Santos, Vítor Luiz Neto, Elzilaine Domingues Mendes e Márcia Cristina Maesso

Violência, trauma e memória 57

Joyce Avelar, Igo Gabriel dos Santos Ribeiro e Fabrício Gonçalves Ferreira

O racismo estrutural na transmissão psíquica 69

Alessandra Carvalho Vieira da Silva e Eduardo Portela

Parte III

Psicanálise, arte, literatura e cultura

Maternidade: única saída para a feminilidade? 83

Jéssica Nayara Cruz Pedrosa e Isadora Fane Carvalho e Silva Lustosa

Considerações sobre a criação 93

Antonio Trevisan, Ana Giulia de Araújo Conte, Roberto Medina, Márcia Cristina Maesso e Valéria Brisolara

A escrita de si freudiana 101

Valéria Machado Rilho, Laene Pedro Gama e Daniela Scheinkman

Um outro com quem contar 111

Guilherme Henderson

Parte IV

Psicanálise e trabalho feminino

Trabalho doméstico 123

Alexandre Rezende, Carla Antloga, Fabrício Gonçalves Ferreira e Hugo Martins

Parte V

Psicanálise extramuros/ políticas públicas

Cuidapsi e o tratamento das narrativas pandêmicas 137

Alvinan Magno Catão, Eliana Rigotto Lazzarini, Muriel Romeiro da Costa e Silva e Nelson de Abreu Jr (*in memoriam*)

O psicanalista nos contextos públicos 149

Samuel Ted Almeida de Pereira, Amanda Soares Dias e Márcia Cristina Maesso

Até o osso 159

Fernanda Guerra Roman Náufel do Amaral e Juliano Moreira Lagoas

Parentalidade e saúde pública 173

Ingrid Fernandes dos Santos e Katia Cristina Tarouquella Rodrigues Brasil

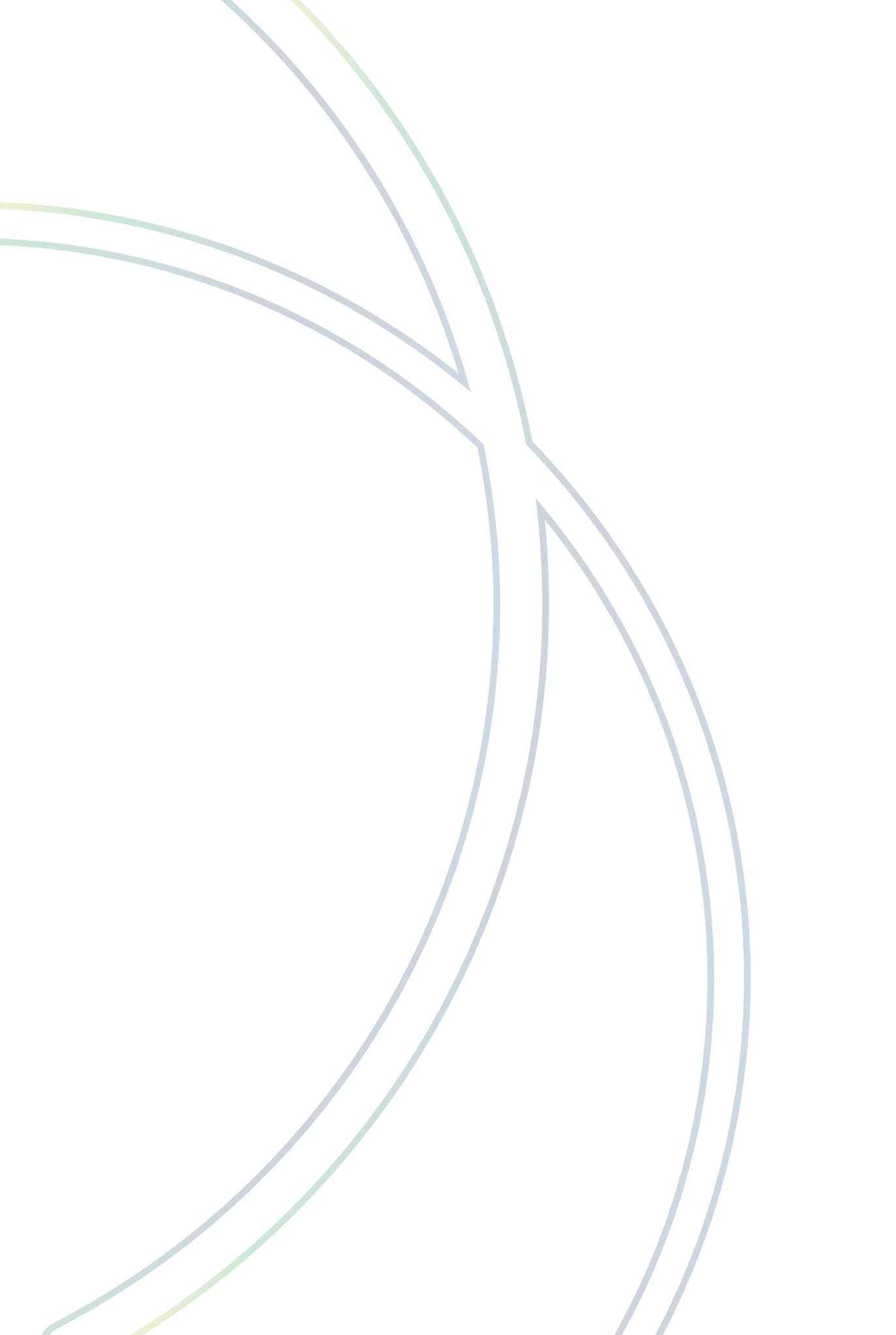
A clínica psicanalítica com o sujeito em condição de rua durante a pandemia 187

Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato, Daniela Scheinkman, Eduardo Portela,
Eduardo Ribeiro Vasconcelos e Patrícia da Cunha Pacheco

Freud e os primeiros trabalhos para uma nova psicopatologia 199

Renato Palma, Marco Antonio Coutinho Jorge e Jean-Michel Vivès

Sobre os autores e organizadores 211



Apresentação



A Psicanálise, criada por Sigmund Freud, surge como uma nova modalidade de discurso que Jacques Lacan vai conceber, em sua retomada freudiana, como laço social, que corresponde, então, a uma práxis original, na medida em que inaugura uma subversão no modo de saber, no modo de intervir na clínica e nas relações estabelecidas tradicionalmente no discurso da ciência e no campo social. Assim, o propósito deste livro é investigar as demandas contemporâneas que exigem da psicologia e da Psicanálise novos dispositivos metodológicos que não aqueles da clínica tradicional, de modo a avançar nas pesquisas e construir algumas possibilidades de interlocução pautadas na interdisciplinaridade de saberes acompanhando as mudanças sócio-histórico-culturais.

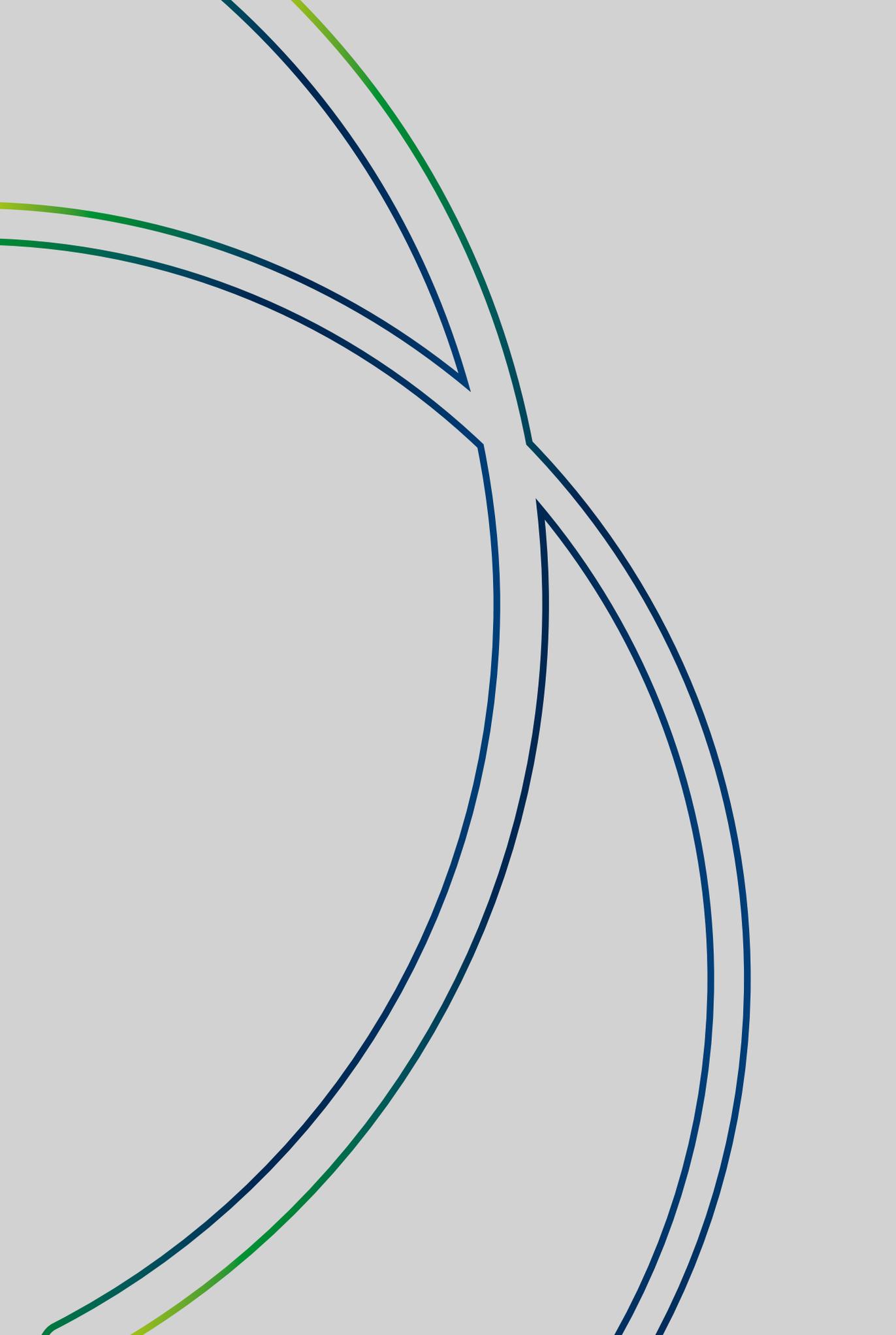
O livro origina-se do Laboratório de Psicanálise e Subjetivação (Lapsus), inserido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB). Diante das inquietações teórico-clínicas, surge nosso desejo de aprofundar, numa dimensão sociopolítica, na leitura psicanalítica contemporânea do sofrimento psíquico. O discurso analítico toma a linguagem como possibilidade de construção de novas narrativas e tem como compromisso ético-político transmitir e promover debates sobre o mal-estar na atualidade.

A escolha do tema é a busca pela inovação e pela interface da Psicanálise com outros campos de saber para construir uma abordagem conjunta de intervenção sobre o sofrimento psíquico na contemporaneidade. Pretendemos contribuir, assim, para a atualização, a disseminação e a divulgação de pesquisas da Psicanálise no campo científico, consolidando a formação de parcerias internas e externas à Universidade de Brasília. Para isso, trabalharemos com alguns subtemas divididos nos seguintes eixos:

1. no eixo “Psicanálise e parentalidade”, abordamos a elaboração psíquica da assunção à função parental, bordejando estratégias dadas pelas mulheres, uma a uma, frente à maternidade, além de costurar a concepção da parentalidade à clínica psicanalítica;
2. no eixo “Psicanálise e relações raciais”, propomos pesquisas sobre o sofrimento sociopolítico e suas consequências para a subjetividade dos sujeitos negros;
3. no eixo temático “Psicanálise, arte, literatura e cultura”, trabalhamos a interface entre Psicanálise e arte, pensando a arte estruturada como uma linguagem do inconsciente, este, por sua vez, também estruturado como uma linguagem;
4. no eixo “Psicanálise e trabalho feminino”, buscamos promover reflexões referentes à associação da subjetividade com as relações de gênero e trabalho, além de construir paradigmas que repensem as relações de trabalho e feminilidade;

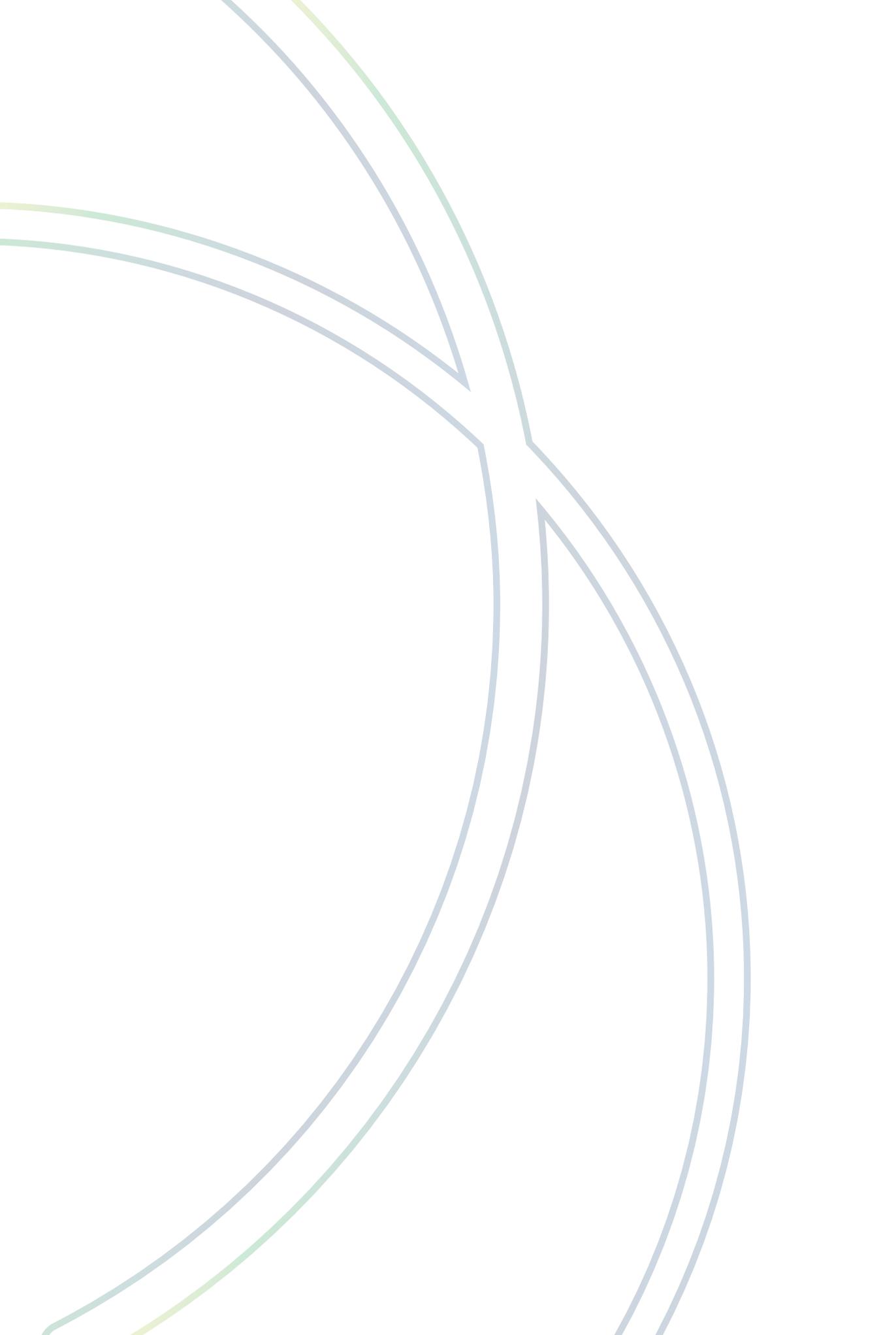
5. por fim, no eixo “Psicanálise extramuros/políticas públicas”, destaca-se a presença do psicanalista em espaços antes não pensados e que permitem a abertura de novos dispositivos clínicos adequados ao contexto social e às políticas públicas.

Entendemos que este projeto se faz relevante por reunir saberes diversos no contexto acadêmico e pela sua difusão do conhecimento científico para a sociedade e para o avanço teórico e clínico da Psicanálise.



Psicanálise e trabalho feminino

Parte IV



Trabalho doméstico

Questão de gênero

Alexandre Rezende
Carla Antloga
Fabrício Gonçalves Ferreira
Hugo Martins

Este capítulo busca promover reflexões acerca da associação da subjetividade com as relações de gênero e o trabalho doméstico. Culturalmente, o trabalho doméstico é tido como intrínseco às características femininas, tal condição parte de uma lógica estruturante do patriarcado, uma vez que historicamente é imputado às mulheres o dever do cuidado e manutenção do lar. O rompimento desse estigma se faz necessário para a promoção de maior equilíbrio na distribuição de atividades do lar e melhora na qualidade de vida para o público feminino. À luz das concepções psicanalíticas das autoras bell hooks e Judith Butler, assim como dos autores Pierre Bourdieu e Christophe Dejours, versaremos sobre a condição do trabalho doméstico na contemporaneidade e suas influências no processo de subjetivação. Ao final do capítulo, desejamos instigar o estabelecimento de novos paradigmas, como o reconhecimento da prática da atividade doméstica para além do ato de manutenção do lar e da lógica de uma atividade meramente feminina.

Introdução

Existem questões cotidianas que interferem na qualidade de saúde mental e emocional das pessoas: formas de agir, pensar e perceber a realidade desencadeiam processos emocionais complexos que podem ser fonte de bem-estar ou sofrimento. A constituição individual da subjetividade do sujeito é o produto da experiência, das relações e da individualidade, ou seja, aquilo que é único também incorpora aspectos comunitários e sociais. Em outras palavras, isso significa que o sujeito além de fazer parte, contribui para a construção do meio e, portanto, é um ser ativo no desenvolvimento do que conhecemos como cultura.

A naturalização das construções simbólicas sociais ocorre de tal forma que padrões de conduta e interação social se tornam automáticos, levando a percepção e compreensão da realidade a estar associada e sob forte influência de um viés sócio-histórico prévio ao sujeito.

Aqui definimos esse processo como automatismo social, um processo que pode desencadear sofrimento psíquico por produzir tensões psicológicas entre o que o sujeito acha que deve ser, sentir ou fazer e aquilo que é dele esperado, nos mesmos termos, de forma social.

Em uma sociedade capitalista e ocidental, o trabalho é inserido no cerne da vida do sujeito. O campo do trabalho doméstico pode ser entendido como serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa (Tribunal Superior do Trabalho, 2014) e lido estruturalmente como associado às mulheres. Em *Mulheres, raça e classe*, Davis (2016) aponta o não lugar das mulheres no trabalho doméstico. Segundo ela, grande parte das horas diárias são destinadas às funções de casa, no entanto, sequer são consideradas como trabalho e/ou algo passível de reconhecimento tal qual se observa em relação às responsabilidades maternas.

Dessa forma, o trabalho doméstico torna-se uma temática que merece discussão, posto que, quando executado fora do lar de residência própria, ele passa a ser remunerado. Contudo, embora executado majoritariamente por mulheres, essa área de atuação não recebe o devido prestígio social, já que o ato de trabalho remunerado ainda é visto como eminentemente um campo do homem cisgênero. Tendo em vista que essa é uma característica do automatismo social, considera-se central reconhecer e esmiuçar a influência da sociedade ocidental no que se refere ao lugar do homem e da mulher nas interações sociais e comportamentais de gênero e trabalho. Assim, a compreensão da dinâmica cotidiana das relações familiares e o reconhecimento dos papéis sociais e laborais pode viabilizar uma revisão e reorientação do lugar do homem no espaço doméstico.

Trabalho e constituição subjetiva masculina

Dejours (2017) aponta que a condição laboral é central para inserção do sujeito no mundo e nas relações sociais. Para psicodinâmica do trabalho, a condição laboral participa da constituição psíquica ao passo que atua no processo de constituição identitária e de personalidade, abarcando a manutenção dos laços sociais, dos desejos, prazeres, sofrimentos, insatisfações e conseqüentemente do sentido da vida (Dejours, 2017). Portanto, a produção subjetiva de significados e de identidade está intrinsecamente conectada à labor.

Ao reconhecer a importância do trabalho, seja por meio da viabilização do sustento e da sobrevivência material e biológica, seja pela sobrevivência e saúde de um aparelho psíquico que se nutre pela possibilidade de fazer, criar, reconhecer e ser percebido, torna-se necessário conceituar o que é trabalho.

[...] ele vem do latim *tripalium*, que significa instrumento de tortura. Assim, em um sentido originário, ele está associado ao estado daquele que sofre, que é atormentado. Hoje, o sentido certamente evoluiu, mas uma dimensão de limitação, pressão e constrangimento perdura através da noção de esforço: não existe trabalho sem que a atividade se apoie sobre uma mobilização de energia, uma tensão em direção a um objetivo. O esforço está orientado a um objetivo, e a atividade integrada em função deste objetivo está orientada em direção à sua representação. Além disto, a atividade

de trabalho tem um caráter fundamentalmente social: ela não pode ser somente uma atividade imediata, solitária, respondendo exclusivamente a uma satisfação de desejos individuais (Lhuillier; Amador; Pesa, 2013, p. 483).

O que se torna costumeiro desafia o observador a enxergar aquilo que social e individualmente se concebe como conduta ideal ou modelo de existir e agir. Posto dessa forma, a realidade social deve ser vista em sua dimensão estruturante e limitadora do psiquismo humano. Em seu livro *Vida precária* (Butler, 2019), a autora abriga a questão filosófica e teórico-prática que, por sua profundidade, mais se assemelha a uma pergunta enigmática de oráculo: “quem é ser humano?”. Assim, associa-se a masculinidade às condutas específicas da cultura que define o que é ser homem e a que tipo de comportamento esse homem deve seguir. Ao trazer à vista aquilo que se reproduz no cotidiano como verdade tácita, Butler viabiliza o reconhecimento da misoginia, da homofobia, do racismo, sem falar da aporofobia, como pautados nesses espaços de direitos diferenciados.

O processo de subjetivação na sociedade patriarcal associa a conduta profissional à biologia com a prática discursiva, criando uma conexão entre determinadas características fisiológicas com determinadas atribuições funcionais e profissionais. Dessa maneira, é atribuída popularmente às mulheres a suposta fragilidade feminina (caráter dado à emoção) e, portanto, a sua considerável capacidade de cuidar, o que significa social e tradicionalmente se dedicar ao marido e à família. Nesse cenário, uma mulher realizada seria uma mulher casada e com filhos. Contudo, por outro lado, tem-se que o “ser homem” está associado à negação de tudo que é feminino, com base na conceituação apresentada anteriormente, pois a masculinidade se configura pela bravura, pela dominação, pela racionalidade e pelo espaço da rua.

Zanello (2022) nomeia essas formas de subjetivação nos seguintes termos: a masculinidade para a cultura ocidental se definiria em termos do dispositivo de eficácia que se apresentaria em eficácia laboral e sexual. A eficácia laboral se coaduna com o espaço público dominado pelo homem e a sexual com a lógica patriarcal de que o homem se afirma pela violência e pela dominação, seja das mulheres ou de outros homens. A virilidade estaria conectada à lógica biológica de que o macho existe para procriar, contudo, nenhum desses dispositivos relativos ao homem afirma qualquer aspecto humano afetivo, sendo que os homens são dotados de sentimentos tanto quanto qualquer ser humano.

No Brasil, tais aspectos podem ser vislumbrados na prática cotidiana, como Sousa (2017) aponta quando aborda o conceito de meritocracia. Ao discorrer sobre a conquista pelo mérito, ele descortina seu aspecto como produção ideológica dissociada do campo sóciohistórico, uma vez que ela é um falseamento das diferenças sociais e, portanto, condutora da crença de que o esforço próprio por si só é suficiente para a realização da tão sonhada ascensão social. A diferença salta aos olhos desde o início. O ambiente influencia a constituição de configurações subjetivas e de modos de agir e pensar, favorecendo aqueles pertencentes a classes mais abonadas a terem maiores possibilidades de identificação com valores relacionados a certos grupos humanos e, portanto, também, a certos tipos de cargos e empregos.

Trabalho e constituição subjetiva feminina

A pesquisadora Zanello (2022) define que as mulheres possuem dois tipos de dispositivos: o amoroso e o materno. A mulher para ser mulher deve ser mãe, ao mesmo tempo que para ser realizada precisa ser amada e ser escolhida. A ausência do homem representa a falta da presença necessária. Tal qual a inveja do pênis de Freud, tem-se que a mulher é o segundo sexo, ela para existir precisa do homem. As mulheres, segundo Beauvoir (2009), não se representam como um grupo que se reconhece como categoria tal qual as pessoas negras, por exemplo. Essa subjetivação falha enquanto autorreconhecimento; as mulheres estariam mais conectadas em olhar o outro, a servir o outro, e talvez, poder-se-ia dizer a existir pelo outro. Subjetivamente, as mulheres seriam educadas para cuidar dos outros e se colocar em segundo plano.

Pois a incitação a formar o ideal do Eu, cuja tutela foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio. (Freud, 2010a [1914-1916], p. 29).

Em outras palavras, Freud considera que o trabalho psicanalítico se processa no aparelho psíquico do sujeito, sem negar a influência das relações sociais e da cultura para o desenvolvimento e surgimento de sintomas. Portanto, existe uma interação entre a subjetividade desse sujeito e o meio que o ronda, sendo a influência personalíssima, posto que aquilo que “entra” se associa a sua especificidade somato-psíquica e resulta na subjetividade do sujeito. Não se difere, nesse aspecto, do reconhecimento dado pela Psicologia Cultural para o conceito de cultura, ao reconhecer que há aspectos gerais que se mantêm no funcionamento psíquico subjetivo através da influência da linguagem, dos signos e da rede de significados afetivos que perpassam grupamentos humanos semelhantes (Valsiner, 2012).

Tal qual o Eu ideal de Freud, Dejours (2004) aponta duas dimensões do trabalho: aquela prescrita ou esperada, portanto ideal; e o trabalho real, aquele que é possível na vivência cotidiana de seu exercício. O sofrimento emerge como ansiedade ou insatisfação pelo conjunto de pressões e configurações no exercício da atividade laboral associadas às possibilidades e vulnerabilidades do sujeito. Os desafios diante do real e do possível são inumeráveis, para tanto, existem os mecanismos de defesa como possíveis agenciamentos para manutenção do equilíbrio psíquico e da própria autoimagem. Assim, o adoecimento torna-se consequência do rompimento desse equilíbrio entre as funções protetivas e a pressão (Dejours, 1992) e traz à luz, também, a presença do corpo ao reconhecê-lo diante do sofrimento: a primeira vítima do sistema não é o aparelho psíquico mas, sim, o corpo dócil e disciplinado, entregue às dificuldades inerentes à atividade laborativa. Deve-se proteger um corpo sem defesa, explorado e fragilizado pela privação de seu protetor natural que é o aparelho mental (Rodrigues; Álvaro; Rondina, 2006, p. 3).

Sendo assim, existe uma dimensão desafiadora que se refere ao trabalho independente do reconhecimento de riscos, como o adoecimento em si, os fatores psicossociais, o efeito deletério à saúde por exposição aguda ou crônica a esses fatores para que se possa desenvolver políticas laborais de prevenção e cuidado com a saúde do trabalho (Rodrigues; Faiad; Facas, 2020). A questão de gênero, então, torna-se essencial para vislumbrar o equilíbrio complexo e dinâmico entre o sexo e aquilo que se é esperado da mulher, em outras palavras, aquilo que é permitido ou inviabilizado por uma diferença calcada pela via do patriarcado, justificado por um discurso biológico restringindo as mulheres às atividades de cuidado.

Trabalho doméstico e relações conjugais

Segundo Pereira (2018), o reconhecimento enquanto sujeito se dá por meio da relação que é estabelecida com o corpo social, não exclusivamente por meio do conhecimento singular, mas partindo das relações que são estabelecidas com o Outro, o chamado laço social. Em complemento, Miriam Debieux Rosa (2015) aponta que os laços sociais direcionam-se do aspecto constitutivo do homem, inserindo-o na linguagem, na cultura, no jogo relacional, afetivo e libidinal, além disso, uma das vias de entrada do sujeito no laço social é pela via do discurso. Butler (2015), em seu livro *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*, destaca a ideia de interpelação, instância que nos inaugura enquanto seres reflexivos a partir do momento em que alguém nos convoca e sentimos a necessidade de falarmos sobre nós.

Nessa linha, o trabalho ocupa importante função no jogo relacional e no processo de relatar a si, é por ele que boa parte dos sujeitos se identificam, pensam sua identidade e encontram recursos para o desprazer (Freud, 2010b [1930-1936]).

Considerando o trabalho enquanto recurso identitário, é possível dizer que ele também está ligado à condição geracional e familiar. No que se refere ao trabalho doméstico na vida das mulheres, pode-se dizer que representa uma realidade vivenciada pelas mães, avós e demais antecessoras, aspecto que traz luz ao fato de sermos “sujeitos antecidos por outras gerações” (Farias, 2018, p. 108). Tal situação coloca em relevo a condição apresentada por Freud (2010 [1914-1916]) de que a constituição narcísica se apoia no narcisismo da geração anterior, ou seja, há uma transmissão de significantes identificatórios marcados pelos desejos e fantasias inconscientes dos cuidadores. Além disso, quando se trata de histórias marcadas por elementos traumáticos ou engendrados pela misoginia, machismo e patriarcado, esses elementos também podem ser transmitidos à criança. Ou seja, quando não há possibilidade de elaboração da condição posta, o que se tem é um processo cíclico de recordação e repetição (Farias, 2018).

Na mesma linha de reflexão, Judith Butler (2019) apresenta o conceito de performatividade. Para a autora, boa parte dos indivíduos são engendrados, o que se refere a uma produção identitária associada a aspectos de identificação social que pré-determinam em uma dada cultura quais são as condutas relativas ao homem e quais são relativas à mulher.

Embora as tarefas domésticas, como as conhecemos hoje, possam vir a se tornar velhas relíquias históricas, as atitudes sociais predominantes continuam

a associar a eterna condição feminina a imagens de vassouras e pás de lixo, esfregões e baldes, aventais e fogões, vasilhas e panelas. E é verdade que o trabalho da mulher, de uma era histórica a outra, tem sido geralmente associado ao ambiente doméstico (Davis, 2016, p. 238).

O caráter traumático do encontro com o outro e a cultura é, em grande medida, fruto do fato de determinadas mensagens transmitidas no momento inicial da vida psíquica continuarem assentadas no psiquismo do sujeito. Assim, se considerarmos que as mulheres historicamente ocupam o papel de cuidar, amar e zelar pelo outro e a estrutura familiar, sem que lhe seja permitido questionar tal lugar, compreende-se que seu psiquismo está inteiramente habitado por marcas estruturantes da cultura patriarcal. Dito isso, não podendo colocar seus papéis em questão, têm-se um processo de elaboração extremamente dificultado (Farias, 2018). Verifica-se, portanto, o agenciamento dos corpos femininos, posto que apenas alguns grupos têm possibilidade de fala e escuta no laço social.

Para jogar luz ao que foi supracitado, em um estudo realizado por Roazzi (1999), verificou-se que em uma amostra de 22 casais de um conjunto habitacional e 41 casais de moradores de uma favela de Recife, a representação social que se tem sobre quais das 13 atividades domésticas apresentadas são vistas como, também, atribuídas ou realizáveis por homens; ou seja, os atos de consertar algo na casa e de brincar com os filhos fora de casa estariam associados mais a um atributo masculino. Coerentes com o discurso patriarcal de que atividades relativas à rua ou à lógica seriam naturalmente masculinas.

Em sequência, Batinder (1992) relata vários rituais de introdução ao universo da masculinidade conectados a experiências de violência associadas à coragem. Para ser homem tem que suportar. Engolir o choro e disfarçar o medo. hooks (2004) reconhece que a identidade masculina se realiza pela violência, sendo a primeira contra si mesmo: uma mutilação da experiência afetiva.

Para dar significado a tal violência afetiva, um caminho que nos auxilia é pensar sob um processo histórico. A partir do século XX, tem-se que, juridicamente, a mulher deve ser subalterna ao marido, saindo do controle paterno para o controle marital. A exemplo do Código Civil Brasileiro de 1916, em seu art. 233, há o reconhecimento do homem como chefe da sociedade conjugal e a mulher como colaboradora e coadjuvante. O pátrio poder estava na mão do homem. A ele o ato de prover, à mulher os cuidados da casa. Ele era responsável por administrar seus bens (art. 234) e a maioria de seus atos deveriam ser autorizados pelo marido (art. 242). Dito isso, vê-se a instituição legal que imputa os lugares a serem ocupados pelo homem e pela mulher.

Ainda sob tal dominação, vale frisar que a ocupação de espaços públicos de trabalho pelas mulheres, muitas vezes, resulta, na prática, em condições inferiores às mesmas atribuições ocupadas por homens. Como, por exemplo, a diferença entre salários na ocupação da mesma função, ausência das mulheres em espaços de direção e gerenciamento dentre outros. (Araújo, 2020).

Conforme foi descrito ao longo do texto, o trabalho doméstico está associado à divisão sexual do trabalho. Concepções como “a mulher é a rainha do lar” ou “o homem é o provedor da casa” dão corpo ao processo de naturalização dos lugares ocupados por mulheres e homens. Desse modo, os discursos se articulam e desencadeiam processos de identificação não só entre os opressores, mas entre os oprimidos ou excluídos (Nobert; Scotson, 2000). Assim, no caso das mulheres, enquanto “eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (Abreu; Marques; Diniz, 2020, p. 8). Desse modo, assim como a elaboração do lugar das mulheres no trabalho doméstico é dificultada, a naturalização de tal lugar é facilitada pela violência simbólica dos discursos mascarados de cuidado.

Trabalho doméstico, questão e gênero

Quando se amplia a questão da divisão das tarefas do lar para introduzi-la na dinâmica das relações humanas, pode-se verificar que a constituição da família, seja por casamento ou por união estável com ou sem filhos, é baseada numa divisão não igualitária e injusta, em espaços públicos ou privados, contudo, tem-se que há uma interferência natural na relação conjugal e na qualidade dos vínculos estabelecidos, inclusive na promoção de modelos relacionais para os filhos. Os avanços deveriam vir por meio da ampliação da consciência e percepção. Perlin (2006) avalia em sua tese que:

os casais têm dificuldade em estabelecer uma relação clara entre os dilemas da interação família-trabalho-gênero e as dificuldades que vivenciam. Eles têm uma visão individual ou relacional das dificuldades e conflitos subestimando o impacto de fatores socioeconômicos e culturais sobre a vida conjugal (Perlin, 2006, p. 7).

Avançando um pouco mais na temática, quando se observa o que constitui uma análise diagnóstica de psicopatologia, existem duas dimensões que são estruturantes: o sofrimento humano e a conduta do sujeito. Pode-se questionar o quanto esses alicerces estão imbricados, posto que se pode questionar até onde o sofrimento que emerge não está associado exatamente à incapacidade de se enquadrar em modos de vida esperados e determinados antes da existência daquele sujeito. São agenciamentos humanos calcados em valores e visão que determinam o que se deve fazer. Outro ponto é o aspecto da conduta humana que se constitui por meio da cultura e, portanto, não é um valor *per se* mas, sim, uma espécie de imagem idealizada do que seria um humano ideal em determinada localidade, época e grupamento humano.

Seguindo-se na análise, deve-se reconhecer a diversidade como realidade tanto na natureza quanto na miríade de possibilidades de vida social. A civilidade, mais do que repressão pulsional, deveria ser o reconhecimento do Outro e de seu direito de existir, enquanto a pre-determinação histórico-social de menor valia da mulher, tal qual a afirmação de que a divisão sexual do trabalho carrega justiça, deve ser revisada. Se todos pactuam da mesma morada, do mesmo investimento, seja financeiro ou do uso dos espaços comuns, e da responsabilidade

de cuidado com a prole, se faz *mister* a dissociação de masculinidade e feminilidade no que se refere ao trabalho doméstico. Aqui se afirma o princípio da dignidade humana.

Existe esperança para mudança? Butler revela que gênero e seu significado são produções sociais, culturais e linguísticas e, portanto, podem ser alterados e com vistas de que possamos agenciar níveis de conquistas para maior igualdade (Cansero; Dahbar; Song, 2017).

Apesar da sociedade não arcar com o “insumo” do trabalho doméstico não remunerado da mesma forma que se faz com os estragos efetivados no meio ambiente, Araújo (2000) dá visibilidade à perda econômica que se expressa com essa configuração sóciohistórica:

a inclusão de mulheres no mercado de trabalho formal contribuirá para aumentar a receita previdenciária em sociedades onde se verifica o rápido envelhecimento da população, devido a maior receita advinda de pessoas aptas a contribuírem para o sistema da seguridade social; a oportunidade para que mulheres recebam diretamente e controlem o seu salário contribui para o desenvolvimento econômico através de maior nível educacional das crianças (Araújo, 2020, p. 9-10).

Importante lembrar que as regras sociais determinam condutas e comportamentos, mas o que cria o elo e ganha sentido de vida são as relações, os vínculos que as pessoas estabelecem entre si. O desafio está na mudança de paradigma. A existência ganha valor solitário por meio da opressão, mas para outro que restitui o encontro social, as possibilidades de valorização se fundamentam na criação da parceria entre os indivíduos, o casal, a família, a comunidade e, quiçá em larga escala, cidadãos.

Referências

ARAÚJO, Alyane Almeida de. Não só, mas também: A igualdade de gênero melhora os índices econômicos. *Revista de gênero, sexualidade e direito*, v. 6, n. 2, p. 84-103, 2020.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. ed. 18. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Taylor & Francis, 2011.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista (1988). Tradução: Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, n. 78, 2018.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CONNELL, R.W. *Masculinities*. California: University of California Press, 2005.
- CUNHA, Érica Vidal; MELCHIORI, Lígia Ebner; SALGADO, Manoel Henrique. Tempo de cuidado com o bebê, divisão de tarefas e rede de apoio materna. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-27, ago. 2021. Acesso em: 8 abr. 2023.
- BASSO, Ianina, *et al.* ¿ Qué hacemos con las normas que nos hacen? Usos de Judith Butler. *In: DAHBAR, M.; CANSECO, A.; SONG, E. (org.)*. Alberto Canseco; María Victoria Dahbar; Emma Song. 1. ed. Córdoba: Sexualidades Doctas, 2017
- DAVIS, Angela. [Recurso eletrônico] *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, v. 14, p. 27-34, 2004.
- DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Tradução: Vanise Dresh. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FARIAS, Camila. Exclusão social e invisibilidade: desdobramentos traumáticos do racismo. *In: BELO, Fábio. Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de despejo*. Belo Horizonte: Relicário, 2018.
- FELIX, Fernanda Fonseca; MYRRHA, Luana Junqueira Dias; CORRÊA, Cristiane Silva. As diversas desigualdades no tempo de trabalho entre homens e mulheres. *Anais*, 2019, p. 1-16.
- FREUD, Sigmund. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*; Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Schwarcz, 2010. (Selo Companhia das Letras).
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Schwarcz, 2010. (Selo Companhia das Letras).
- GARCIA, B.C.; MARCONDES, G.S. Maior participação masculina em afazeres domésticos e cuidados não se traduz em redução do tempo gasto pelas mulheres. *Perspectiva: Humanas*, 2022. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2022/07/11/maior-participacao-masculina-em-afazeres-domesticos-nao-traduz-em-reducao-do-tempo-gasto-pelas-mulheres/>

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos ventos: Rio de Janeiro, 2018.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor*. São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, bell. *The will to change, men, masculinity and love*. New York: Atria books, 2004.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, p. 483-492, 2013.

MENDÉZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Revista Mulher e trabalho*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 53-63, jan. 2005. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712>. Acesso em: 8 abr. 2023.

MORENO, Renata Faleiros. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Abreu de ; DE QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ili-diana. Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid 19. *Revista Inter-Legere*, v. 3, n. 28, 2020.

PEREIRA, Walef. Relatar a si mesmo através da Psicanálise: uma posição da proposta analítica de recusa às maquinarias de repressão racial. In: BELO, Fábio. *Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de despejo*. Belo Horizonte: Relicário, 2018.

PERLIN, Giovana Dal Bianco. *Casamentos contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal*. Tese (Doutorado de Psicologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 38, 2021.

ROAZZI, Antonio. Lar-doce-lar: Rainha ou rei? A representação da participação masculina nas tarefas domésticas e a lógica de sua distribuição em casais de nível sócio-doméstico baixo. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 51, n. 4, p. 7, 1999.

RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes; FAIAD, Cristiane; FACAS, Emílio Peres. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 2020 v. 36.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. *Revista científica eletrônica de psicologia*, v. 4, n. 7, p. 1-8, 2006.

RODRIGUES, Roger Giovane *et al.* Psicodinâmica do trabalho e a rotina de trabalho: Revisão de Literatura com base na Teoria de Dejours. *Revista Farol*, v. 16, n. 16, p. 67-77, 2022.

ROSA, Miriam Debieux. *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento*. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Mariléia Maria da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 243-260, 2010.

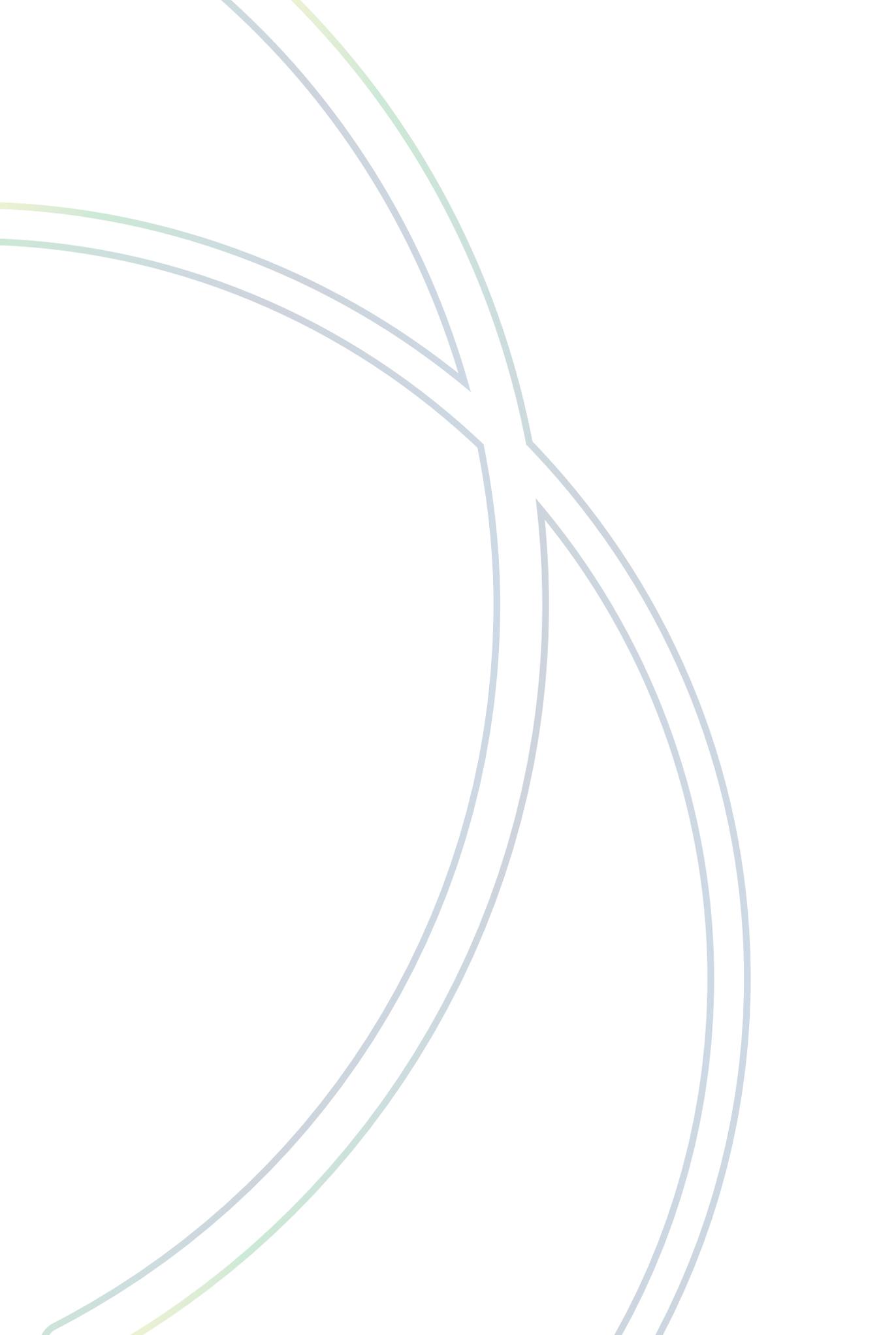
SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Revista Gênero*, v. 9, n. 1, 2008.

Tribunal Superior do Trabalho/Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. *Trabalho infantil doméstico*. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/combateatrabalhoinfantil/trabalho-infantil-domestico>. Acesso em 8 ago. 2020.

VALSINER, Jaan. *Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Artmed, 2016.

ZANELLO, Valeska *et al.* Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 2, 2022.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2020



Sobre os autores e organizadores

Alessandra Carvalho Vieira da Silva. Psicóloga e Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: alessandravcs@gmail.com

Alexandre Staerke Vieira de Rezende. Psicólogo clínico familiar sistêmico. Mestrando pela Universidade de Brasília (UnB). Gestor em Políticas Públicas do DF. Especialista em Psicologia Clínica e em Gestão Governamental. Contato: alexandre.staerke@gmail.com

Aline Vidal Varela. Psicóloga e Psicanalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) Brasil e do Fórum do Campo Lacaniano de Brasília. Contato: alinevidalpsi@gmail.com

Alvinan Magno Lopes Catão. Psicólogo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: alvinanmagno@gmail.com

Amanda Soares Dias. Psicóloga da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: diasam.asd@gmail.com

Ana Giulia de Araújo Conte. Psicanalista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) pela Universidade de Brasília. Especialista em Teoria Psicanalítica pela Faculdade Inspirar. Contato: giulia_conte@hotmail.com

Ana Isabel Pereira. Psicóloga pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Contato: anaisabelpsi@outlook.com

Antônio Trevisan. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura na Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Contato: netogarcia8@gmail.com

Carla Sabrina Xavier Antloga. Doutora pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica (PCL) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB), Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicodinâmica do Trabalho Feminino (Psitrafem). Contato: antlogacarla@gmail.com

Cintia da Silva Lobato Borges. Psicóloga e Psicanalista. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: cintialobato@yahoo.com.br

Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato. Psicanalista. Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Bolsista da FAP-DF. Membro do Laço Analítico – Escola de Psicanálise, Varginha (MG). Contato: claudia.beato1@gmail.com

Daniela Scheinkman Psicanalista. Doutora em Filosofia e Mestre em Psicanálise pela Université de Paris 8. Professora Titular do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) Brasil e do Fórum do Campo Lacaniano de Brasília. Membro do GT da ANPEPP: *Psicanálise, Clínica e Política*. Pesquisadora do CNPq com o projeto: *Temporalidade e elaboração do sofrimento psíquico na pandemia da covid-19: corpo e trauma na psicanálise*. Contato: daniela.scheinkman@gmail.com

Eduardo Ribeiro Vasconcelos. Psicólogo da Diretoria de Serviços de Saúde do Superior Tribunal Militar. Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: eduardo_vasconcelos82@hotmail.com

Eduardo Portela. Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB). Contato: eduardopnb@gmail.com

Eliana Rigotto Lazzarini Psicanalista. Doutora e Mestre em Psicologia (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Membro do GT em Psicanálise e Clínica Ampliada da ANPEPP. Pós-doutora pela Université Sorbonne Paris 13 (França). Contato: elianalazzarini@gmail.com

Elzilaine Domingues Mendes. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPGpsiCC-UnB) com Estágio Doutoral na Université Lumière Lyon II. Professora Associada do curso de Psicologia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Contato: elzilaine_mendes@ufcat.edu.br

Fabrcio Gonalves Ferreira. Psic3logo. Mestrando do Programa de P3s-Gradua3o em Psicologia Cl3nica e Cultura da Universidade de Bras3lia (PPGpsiCC-UnB). Membro da Articula3o Nacional de Psic3logas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP-DF). Contato: fabricioferreira.psicologia@gmail.com

Fernanda Guerra Roman N3ufel do Amaral. Psic3loga. Licenciatura em Filosofia pela Universidade de Bras3lia (UnB) e p3s-graduanda em Psican3lise com Crianas e Adolescentes pelo Instituto de Ensino Superior em Psicologia e Educa3o (ESPE). Contato: ssvnta@gmail.com

Guilherme Henderson. Psicanalista. Doutor em Psicologia Cl3nica e Cultura pela Universidade de Bras3lia (PPGpsiCC-UnB). Professor do Centro Universit3rio de Bras3lia (UniCEUB). Membro da Associa3o Lacaniana de Bras3lia (ALB). Contato: guilhermefh@gmail.com

Hugo Martins Gomes da Silveira. Psic3logo pela Universidade de Bras3lia (UnB). Pesquisador de Percep3o de Qualidade em Presta3o de Servios. Pesquisador de Sa3de Mental e Cultura. Contato: hugomgs11@gmail.com

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro. Psic3logo. Mestre em Psicologia e Sociedade (UNESP). Doutorando pelo Programa de P3s-Gradua3o em Psicologia Cl3nica e Cultura da Universidade de Bras3lia (PPGpsiCC-UnB). Membro do Instituto AMMA Psique e Negritude e da Articula3o Nacional de Psic3logas(os) Negras(os) e Pesquisadores. Contato: igoribeiro@gmail.com

Ingrid Fernandes dos Santos. Psic3loga pela Universidade de Bras3lia (UnB). Mestranda em Psicologia Cl3nica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Bras3lia. Contato: ingridfernandes2628@gmail.com

Ingrid Mello Pereira Soti. Psic3loga. Educadora em Diabetes pela Associa3o Nacional de Aten3o ao Diabetes (ANAD). Mestranda do Programa de P3s-Gradua3o em Psicologia Cl3nica e Cultura na Universidade de Bras3lia (PPGpsiCC-UnB). Contato: ingridsoti.psi@gmail.com

Isadora Fane Carvalho e Silva Lustosa. Psicanalista. Bacharelado em Psicologia pela Universidade Funda3o Mineira de Educa3o e Cultura (FHC/FUMEC). Membro da Escola de Psican3lise dos F3runs do Campo Lacaniano (EPFCL) Brasil e do F3rum do Campo Lacaniano de Bras3lia. Contato: isafane.c@gmail.com

Jean-Michel Vivés. Psicanalista e Professor de Psicopatologia Clínica da Université Côte d'Azur (Nice, França). Membro do Corpo Freudiano – Escola de Psicanálise (seção Rio de Janeiro). Contato: jeanmichelvives@gmail.com

Jéssica Nayara Cruz Pedrosa. Psicanalista e Psicóloga. Mestre em Letras e Artes (UEA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) Brasil e do Fórum do Campo Lacaniano de Brasília. Contato: jessicancpedrosa@gmail.com

Joyce Juliana Dias de Avelar. Psicóloga. Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: joyce.avelarpsi@gmail.com

Juliano Moreira Lagoas. Psicanalista. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Contato: julianolagoas@hotmail.com

Laene Pedro Gama. Psicanalista. Psicóloga da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Psicologia pela École doctorale Sociétés, Humanités, Arts et Lettres da Université Côte d'Azur (França). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB (PPG-PSICC). Contato: laenegama@gmail.com

Lara Gabriella Alves dos Santos. Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Contato: laragabriellapsi@hotmail.com

Katia Cristina Tarouquella Brasil. Psicanalista. Doutora em psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília. Pesquisadora associada da Universidade de Rouen (França) e membro da Associação Internacional de Psicodinâmica do Trabalho. Contato: ktarouquella@gmail.com

Márcia Cristina Maesso. Psicanalista. Doutora e Mestre pelo Instituto de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano-EPFCL-Brasil e do Fórum do Campo Lacaniano de Brasília. Membro do GT da ANPEPP: Psicanálise, Clínica e Política. Contato: maessomc@gmail.com

Marco Antônio Coutinho Jorge. Psiquiatra e Psicanalista. Professor associado e Procientista do Departamento de Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Diretor do Corpo Freudiano – Escola de Psicanálise (seção Rio de Janeiro). Membro da Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise (Paris, França). Membro da Association Insistance (Paris). Contato: macjorge@corpofreudiano.com.br

Melissa Souza Silva. Psicóloga Clínica. Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Associada ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise (Núcleo Brasília). Pós-graduada em Psicopatologia, Psicanálise e Clínica Contemporânea e Fundamentos da Psicanálise: teoria e clínica. Pesquisadora da saúde mental de mulheres e pessoas pretas. Contato: melissasouza.psicologia@gmail.com

Muriel Romeiro da Costa e Silva. Psicóloga. Mestre em Psicologia (UFG). Doutoranda em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (PPG-PsiCC) e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: murielrcosta.silva@gmail.com

Nelson de Abreu Júnior. (*in memoriam*). Foi psicanalista e psicólogo. Mestre em educação pela Universidade de Havana. Doutor em educação pela Universidade de Brasília (UnB) e professor titular na Universidade Estadual de Goiás (UEG), até a data de seu falecimento em 2021, decorrente da covid-19.

Patrícia da Cunha Pacheco. Psicanalista. Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: ppacheco.psicanalise@gmail.com

Renato Palma. Psicólogo e Psicanalista. Doutor em Psicologia pela École Doctorale Sociétés, Humanités, Arts et Lettres na Université Côte d'Azur (França); doutor e mestre em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e especialista em Psicanálise e Saúde Mental pela mesma universidade. Analista membro do Corpo Freudiano - escola de psicanálise (seção Rio de Janeiro). Atua como professor, supervisor clínico e psicanalista.

Roberto Medina. Doutor em Teatro e Literatura (Póslit-UnB) e Doutorando em Psicanálise (PPG-PsiCC-UnB). Tradutor, escritor, dramaturgo, crítico de teatro, de literatura e de cinema e diretor de teatro. Contato: prof.medina@gmail.com

Samuel Ted Almeida de Pereira. Psicólogo de um Serviço de Acolhimento Institucional em Residência Inclusiva de Unaí/MG, Psicanalista e Trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Contato: samueltedpereira@gmail.com

Valéria Brisolara. Doutora em Letras (PPGLetras-UFRGS). Professora da Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). Tradutora Pública e Intérprete Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCIS-RS) e membro da Associação de Tradutores Juramentados do Estado do Rio Grande do Sul (ASTRAJUR-RS) e da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes). Contato: valeriabrisolara@gmail.com

Vanessa Correa Bacelo Scheunemann. Psicóloga da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em pela Universidad Kennedy de Buenos Aires (Argentina). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília. Contato: vcbscheunemann@gmail.com

Valéria Machado Rilho. Psicanalista. Psicóloga da Universidade de Brasília (UnB) Mestre e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Contato: valrilho@gmail.com

Vitor Luiz Neto. Psicólogo Clínico. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) pela Universidade de Brasília (UnB). Professor substituto no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Pesquisador em Psicanálise e Cultura e em Psicologia Social Crítica. Contato: vitorluiz.neto@gmail.com

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

INTERFACES EM PSICANÁLISE

Subjetivações e Cultura

O livro surge do trabalho de pesquisa do Laboratório de Psicanálise e Subjetivação do PPG-PsiCC da Universidade de Brasília, que culmina no desejo de aprofundar na leitura psicanalítica contemporânea do sofrimento psíquico. O discurso analítico toma a linguagem como possibilidade de construção de novas narrativas e tem como compromisso ético-político transmitir e promover debates sobre o mal-estar na atualidade. O livro divide-se em cinco eixos-temáticos: “Psicanálise e parentalidade”: abordamos a elaboração psíquica e a construção de estratégias dadas pelas mulheres, uma a uma, frente à maternidade, além de costurar a concepção da parentalidade à clínica analítica; “Psicanálise e relações raciais”: propomos pesquisas sobre o sofrimento sociopolítico e suas consequências para a subjetividade dos sujeitos negros; “Psicanálise, arte, literatura e cultura”: trabalhamos a articulação entre psicanálise e arte, pensando a arte estruturada como uma linguagem do inconsciente, este, por sua vez, também estruturado como uma linguagem; “Psicanálise e trabalho feminino”: busca-se promover reflexões referentes à associação da subjetividade com as relações de gênero e trabalho, além de construir paradigmas que repensem as relações de trabalho e feminilidade; “Psicanálise extramuros/políticas públicas”: destaca-se a presença do psicanalista em espaços antes não pensados e que permitem a abertura de dispositivos clínicos adequados ao contexto social e às políticas públicas.

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia